

L E I N^o 1.491/84

Data: 12 de novembro de 1984.

Súmula: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Bandeirantes, para o exercício financeiro de 1985.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1^o - O Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 1985 discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a receita e fixa a despesa em Cr\$ 6.700.000.000,00 (seis bilhões e setecentos milhões de cruzeiros).

Art. 2^o - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, renda e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e de acordo com os seguintes desdobramento:

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

1.1 RECEITAS CORRENTES Cr\$ 6.197.000.000,00

Receita Tributária Cr\$ 843.760.000,00

Receita Patrimonial Cr\$ 200.000,00

Receita Industrial Cr\$ 260.000.000,00

Transferências Correntes Cr\$ 5.012.040.000,00

Outras Receitas Correntes Cr\$ 81.000.000,00

1.2 RECEITA DE CAPITAL Cr\$ 503.000.000,00

Operações de Crédito Cr\$ 1.000.000,00

Alienação de Bens Móveis e Imóveis Cr\$ 1.000.000,00

Transferências de Capital Cr\$ 501.000.000,00

T O T A L: Cr\$ 6.700.000.000,00

Art. 3^o - A despesa será realizada segundo discriminação constante dos quadros que integram esta Lei, e terá o seguinte desdobramento:

1. DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS

- 1.1 Programação à conta de recursos do tesouro Cr\$ 1.185.960,00
1.2 Programação à conta de recursos de outras fontes Cr\$ 5.514.040.000,00

T O T A L: Cr\$ 6.700.000,00

2. DESPESAS POR ÓRGÃOS

2.1 Órgão Legislativo Cr\$ 194.000.000,00
Câmara Municipal Cr\$ 194.000.000,00

2.2 Órgão Executivo Cr\$ 6.506.000.000,00
Executivo Municipal Cr\$ 142.376.700,00
Departamento Administrativo Cr\$ 570.846.000,00
Departamento da Fazenda Cr\$ 241.820.300,00
Departamento de Obras e Serviços Urbanos Cr\$ 4.224.927.000,00
Departamento de Educação e Cultura Cr\$ 1.206.689.000,00
Departamento de Saúde e Serviço Social Cr\$ 119.350.000,00
T O T A L: Cr\$ 6.700.000.000,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar operações de Crédito por antecipação da receita, de acordo com o artigo 67 da Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969.

Art. 5º - Os órgãos da administração indireta e fundações instituídas pelo Município terão na forma da Lei, orçamentos próprios e elaborados pelos respectivos órgãos de deliberação coletiva e aprovados por decretos do Executivo Municipal, sendo que a receita será formada pelas rendas próprias, contribuições municipais, estaduais, federais, e outras receitas correntes e de capital e as despesas serão classificadas de acordo com a discriminação adotada para o orçamento geral do Município.

Parágrafo Único – Os orçamentos de que trata este artigo, poderão ser suplementados por decretos do Executivo Municipal, servindo como recursos os constantes do parágrafo 1º, do art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos suplementares nos limites as seguintes finalidades:

I – Para atender despesas vinculadas a receitas, até o limite de excesso efetiva das receitas a que estima verem vinculadas.

II – Para atender quaisquer despesas até o limite de 30% da despesa orçamentária, servindo como recursos os constantes no art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 1984.

João do Carmo Santiago
Prefeito Municipal